

66 3535-1000

PUBLICAÇÕES OFICIAIS ON-LINE

CLASSIFICADOS

ÁGUAS DE SINOP S.A.

CNPJ nº 20.930.953/0001-66

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)									
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 1º de janeiro de 2020 (Em milhares de Reais)									
Ativo	Nota	2021	2020	01/01/2020	Passivo	Nota	2021	2020	01/01/2020
			(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	818	784	507	Fornecedores e empreiteiros	11	5.861	5.103	5.494
Aplicações financeiras	6	30.724	28.676	24.236	Financiamentos	13	1.811	1.517	1.555
Contas a receber de clientes	7	11.755	9.423	7.634	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.729	1.288	909
Estoques		22	—	—	Obrigações fiscais		569	366	309
Tributos a recuperar		336	476	3.216	Imposto de renda e contribuição social		255	357	37
Outros créditos		367	137	150	Outras contas a pagar		492	383	219
Total do ativo circulante		44.022	39.496	35.743	Total do passivo circulante		10.517	9.014	8.523
Aplicações financeiras	6	1.853	1.777	1.731	Fornecedores e empreiteiros	11	720	—	—
Contas a receber de clientes	7	1.144	606	463	Financiamentos	13	41.454	43.085	44.349
Tributos a recuperar		40	—	—	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	18.365	28.365	34.641
Depósitos judiciais	14	228	246	265	Passivo fiscal diferido	19	1.085	1.183	1.090
Total do realizável a longo prazo		3.265	2.629	2.459	Provisão para demandas judiciais	14	2.987	2.948	2.719
Imobilizado		3.857	3.734	75	Outras contas a pagar		2.932	3.230	—
Ativo de contrato da concessão	9	2.535	9.842	11.748	Total do passivo não circulante		67.543	78.811	82.999
Intangível	10	80.060	65.671	58.407	Total do passivo		78.060	87.825	91.522
Total do ativo não circulante		89.717	81.876	72.689	Patrimônio líquido	15			
					Capital social		18.480	18.480	12.480
					Reserva de incentivo fiscal		11.901	7.180	3.558
					Reserva de lucros		25.298	7.887	872
					Total do patrimônio líquido		55.679	33.547	16.910
Total do ativo		133.739	121.372	108.432	Total do passivo e patrimônio líquido		133.739	121.372	108.432

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)							
Reservas de lucros							
	Nota	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		12.480	1.154	10.136	3.558	—	27.328
Ajustes de reapresentação	5	—	(282)	(10.136)	—	—	(10.418)
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (reapresentado)		12.480	872	—	3.558	—	16.910
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	16.637	16.637
Aumento de capital		6.000	—	—	—	(6.000)	—
Destinação:							
Reserva legal	15 b.	—	832	—	—	(832)	—
Lucros retidos	15 e.	—	—	6.183	—	(6.183)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)		18.480	1.704	6.183	7.180	—	33.547
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	22.132	22.132
Destinação:							
Reserva de incentivo fiscal	15 c.	—	—	—	4.721	(4.721)	—
Reserva legal	15 b.	—	1.107	—	—	(1.107)	—
Lucros retidos	15 e.	—	—	16.304	—	(16.304)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021		18.480	2.810	22.488	11.901	—	55.679

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Águas de Sinop S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na cidade de Sinop, Mato Grosso. A Companhia foi constituída em 11 de agosto de 2014, iniciou efetivamente suas operações em 03 de novembro de 2014, de acordo com o Contrato de Concessão nº 096/2014, firmado com a Prefeitura Municipal de Sinop - MT, concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 002/2014 e processo administrativo nº 001/CEL-CSAE/2014.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em toda a área territorial do município de Sinop, Mato Grosso, sob o regime de concessão, na modalidade administrativa, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, renovável por igual período, mediante acordo entre as partes.
O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R\$ 453.128.

Apresentamos a seguir o resumo dos principais marcos contratuais assumidos: (i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter os níveis de redução de perdas de 50% em 2019, 45% em 2020, 2025 em 40%, 2030 em 35%, 2035 em 30% e a partir de 2040 em 25%; (iii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, 2019 em 50%, 2020 em 60%, 2021 em 70%, 2022 em 80%, 2023 em 90% e, a partir de 2024 em 98%.

Segmento Operacional
A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

COVID-19
No dia 21 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde "OMS", declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados, adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados naquele momento.

Neste contexto, a Administração da Companhia vem adotando, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora Aegae Saneamento e Participações S.A. ("Aegae") adotou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos da COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto da COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

2. Base de preparação**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).
As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, em virtude da reapresentação retrospectiva de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2020 é apresentado nessas demonstrações financeiras devido à reapresentação retrospectiva (nota explicativa nº 4).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7);

- Definição de vida útil do ativo imobilizado;

- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 10);

- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 14);

- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 16); e

- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 19).

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita de contrato com cliente

i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto
A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário corresponde a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação do sistema sanitário, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes.

ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto
A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

iii) Receitas de construção ativo intangível
A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Reconhecimento e mensuração inicial
A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

ii) Classificação e mensuração subsequente
Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

iii) Desreconhecimento
Ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos em atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iv) Compensação
Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variação monetária sobre financiamentos, ajuste a valor presente, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, e impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS). Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

c) Determinação do valor justo
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

d) Ativos intangíveis
São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo está calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)
i) Ativos financeiros não-derivativos
Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

ii) Determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;

- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais
A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados a contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 20.

ii) Ativos não financeiros
Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

f) Provisões
Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h) Arrendamentos
A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
			(Reapresentado)
Receita operacional líquida	16	68.117	56.926
Custos dos serviços prestados	17	(29.851)	(23.735)
Lucro bruto		38.266	33.191

ÁGUAS DE SINOP S.A.

CNPJ nº 20.930.953/0001-66

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

* continuação

k) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia aplica a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado, porque os contratos de concessão não transferem ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. O contrato prevê apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

l) Capitalização dos custos dos financiamentos

Os custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

m) Novas normas e interpretações

Certas normas e alterações se tornaram vigentes a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

• Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

• Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos por Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para a Companhia.

o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor

• IFRS 17 - Contratos de seguro;

• Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;

• Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;

• Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

4. Reapresentação de valores correspondentes

Após realização de investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Controladora indireta Aegea Saneamento e Participações S.A. para averiguar as alegações de fato e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica (deflagrada pela Polícia Federal em 11 de maio de 2017, na qual sua controlada indireta Águas Guaruroba S.A. foi alvo de procedimentos investigatórios), e após a mensuração dos efeitos pela Administração, foi constatada a necessidade de realizar correções retrospectivas nos saldos contábeis da Companhia, relacionadas principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e respectivos efeitos tributários. Conseqüentemente, os saldos de abertura dos valores correspondentes, assim como, os valores referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados. Com isso, os impactos referentes ao tema são definitivos uma vez que a investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Controladora indireta foi encerrada.

O quadro a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

	31 de dezembro de 2020		1º de janeiro de 2020	
	Anteriormente apresentado	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Reapresentado
Balço patrimonial				
(Em milhares de Reais)				
Ativo				
Total do ativo circulante	39.496	39.496	35.743	35.743
Total do realizável a longo prazo	2.629	2.629	2.459	2.459
Intangível (a)	73.160 (7.489)	65.671	66.206 (7.799)	58.407
Demais saldos	13.576	13.576	11.823	11.823
Total do ativo não circulante	89.365 (7.489)	81.876	80.488 (7.799)	72.689
Total do ativo	128.861 (7.489)	121.372	116.231 (7.799)	108.432
Passivo				
Passivo circulante	9.014	9.014	8.523	8.523
Provisão para demandas judiciais (b)	29	2.919	2.948	101
Demais saldos	75.863	75.863	80.280	80.280
Total do passivo não circulante	75.892	2.919	78.811	80.381
Total do passivo	84.906	11.933	87.334	88.904
Patrimônio líquido				
Reserva de Lucros (Prejuízos) acumulados	18.295 (10.408)	7.887	11.289 (10.417)	872
Demais saldos	25.660	25.660	16.038	16.038
Total do patrimônio líquido	43.955 (10.408)	33.547	27.327 (10.417)	16.910
Total do passivo e patrimônio líquido	128.861 (7.489)	121.372	116.231 (7.799)	108.432
Demonstração do resultado				
(Em milhares de Reais)				
			31 de dezembro de 2020	
			Anteriormente apresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida	56.926	56.926	56.926	56.926
Custos dos serviços prestados (a)	(24.046)	311	(23.735)	311
Lucro bruto	32.880	311	33.191	311
Despesas administrativas e gerais (b)	(10.057)	(266)	(10.323)	(266)
Outras receitas operacionais	36	36	36	36
Outras despesas operacionais	(54)	(54)	(54)	(54)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	22.805	45	22.850	45
Receitas financeiras	2.398	2.398	2.398	2.398
Despesas financeiras (b)	(5.623)	(34)	(5.657)	(34)
Resultado financeiro	(3.225)	(34)	(3.259)	(34)
Resultado antes dos impostos	19.580	11	19.591	11
Imposto de renda e contribuição social (b)	(2.954)	(2.954)	(2.954)	(2.954)
Lucro líquido do exercício	16.626	11	16.637	11

	31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro antes dos impostos	19.580	11	19.591
Amortização e depreciação (a)	3.857	(311)	3.546
Provisão para demandas judiciais (b)	108	266	374
Atualização monetária das demandas judiciais (b)	—	34	34
Demais saldos	(3.130)	—	(3.130)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	20.215	—	20.215
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(18.332)	—	(18.332)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(1.606)	—	(1.606)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	277	—	277
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	507	—	507
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	784	—	784
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	277	—	277

a) Correspondente à baixa de ativos intangíveis indevidamente capitalizados anteriormente, assim como a reversão de suas respectivas amortizações.

b) Efeitos tributários, incluindo despesas financeiras, relacionados às baixas mencionadas no parágrafo anterior.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	4	—
Bancos conta movimento	814	784
	818	784

6. Aplicações financeiras

Modalidade	2021	2020
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.134	1.777
Fundo de Investimento Safira	29.443	28.676
	32.577	30.453

Circulante

Não circulante

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB e dos fundos de investimento é em média 97,73% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (77,65% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As cotas adquiridas do fundo de investimento, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. O fundo é registrado junto à CVM.

O montante apresentado no ativo não circulante, é mantido para cumprimento de obrigações da companhia relacionadas a financiamentos, os quais possuem cláusulas contratuais determinando que a companhia mantenha em conta reserva, durante toda a vigência do contrato, saldo que corresponda o equivalente a, pelo menos, 3 contraprestações mensais.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

7. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Serviços de água e esgoto	13.465	10.854
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	2.462	2.129
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(3.028)	(2.954)
	12.899	10.029
Circulante	11.755	9.423
Não circulante	1.144	606

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro

Classe de consumidor	Saldo vencidos - 2021					Saldo a vencer
	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total em 2021	
Residencial	2.489	4.409	1.531	—	5.940	8.429
Comercial	228	621	222	—	843	1.071
Industrial	19	30	14	—	44	63
Setor público	108	153	38	48	239	347
Subtotal consumidores	2.844	5.213	1.805	48	7.066	9.910
Renegociações (I)	3.002	518	35	—	3.555	3.555
	5.846	5.731	1.840	48	7.619	13.465

Classe de consumidor	Saldo vencidos - 2020					Saldo a vencer
	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total em 2020	
Residencial	2.067	3.900	1.114	—	5.014	7.081
Comercial	167	567	192	—	759	926
Industrial	13	26	9	—	35	48
Setor público	68	87	24	37	148	216
Subtotal consumidores	2.315	4.580	1.339	37	5.956	8.271
Renegociações (I)	1.897	568	117	1	2.583	2.583
	4.212	5.148	1.456	38	6.642	10.854

(I) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2021 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 141 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 3,76% a.a. (R\$ 80 e 5,91% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 61 de ajuste a valor presente (R\$ 182 em 31 de dezembro de 2020).

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Natureza	Resultado			
	Saldo em 2020	Adições	Reversões	Saldo em 2021
Privado (II)	(1.536)	(2.606)	2.319	(1.823)
Público	(300)	(128)	285	(143)
Renegociações	(1.118)	(2.045)	2.101	(1.062)
	(2.954)	(4.779)	4.705	(3.028)

Natureza	Resultado			
	Saldo em 2019	Adições	Reversões	Saldo em 2020
Privado (II)	(1.289)	(1.891)	1.644	(1.536)
Público	(311)	(119)	130	(300)
Renegociações	(613)	(1.333)	828	(1.118)
	(2.213)	(3.343)	2.602	(2.954)

As baixas e recuperações de títulos têm a seguinte movimentação no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Natureza	Resultado		
	Baixas	Recuperações (III)	Total em 2021
Privado (II)	(1.790)	1.116	(674)
Público	(46)	—	(46)
Renegociações	(1.313)	1.428	115
	(3.149)	2.544	(605)

Natureza	Resultado		
	Baixas	Recuperações (III)	Total em 2020
Privado (II)	(1.663)	157	(1.106)
Público	(19)	142	123
Renegociações	(1.217)	875	(342)
	(2.899)	1.574	(1.325)

(II) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(III) Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

8. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2021, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 1.040 (R\$1.046 em 31 de dezembro de 2020).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A., que detém 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias a eles relacionadas, companhias do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2021	2020
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
Águas de Primavera S.A. (d)	17	—
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	238	—
	255	—
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	321	102
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	84	198
	405	300
	660	300

Passivo circulante

Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)

Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	234	213
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	140	33
Águas Guaruroba S.A. (d)	81	—
Águas de Ariqueas Saneamento SPE Ltda. (d)	101	—
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	73	66
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	307	230

66 3535-1000

PUBLICAÇÕES OFICIAIS ON-LINE

CLASSIFICADOS

ÁGUAS DE SINOP S.A.

CNPJ nº 20.930.953/0001-66

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

16. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	53.710	45.732
Outros serviços indiretos de água	2.794	2.239
Serviços de esgoto	7.180	5.805
Outros serviços indiretos de esgoto	20	19
Receitas de construção ativo intangível	10.763	8.789
Total receita bruta	74.467	62.584

Deduções da receita bruta

(-) Cancelamentos e abatimentos	(504)	(752)
(-) Impostos sobre serviços	(5.846)	(4.906)
Total da receita operacional líquida	68.117	56.926

17. Custos e Despesas por natureza

	2021	2020
Pessoal	(6.397)	(5.708)
Conservação e manutenção	(542)	(688)
Serviços de terceiros	(5.625)	(4.520)
Amortização e depreciação	(4.095)	(3.346)
Custo de concessão	(2.282)	(1.876)
Custo de construção - ativo intangível	(10.763)	(8.789)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(74)	(741)
Baixa de títulos de contas a receber	(605)	(1.325)
Provisão para demandas judiciais	(132)	(108)
Energia elétrica	(5.368)	(4.513)
Outros	(3.165)	(2.444)
	(39.048)	(34.058)
Custos dos serviços prestados	(29.851)	(23.735)
Despesas administrativas e gerais	(9.197)	(10.323)
18. Resultado financeiro	2021	2020
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras (nota explicativa nº 6)	1.529	661
Juros e multa recebidos ou auferidos	1.693	1.498
Outras receitas financeiras	18	239
Receitas financeiras	3.240	2.398
Despesas		
Juros sobre financiamentos (nota explicativa nº 13)	(3.803)	(3.464)
Descontos concedidos	(1.266)	(757)
Despesas e comissões bancárias	(674)	(907)
(Provisão) Reversão de ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 7)	(61)	182
Impostos s/receita financeira (PIS/COFINS)	(151)	(114)
Outras despesas financeiras	(630)	(597)
Despesas financeiras	(6.585)	(5.657)
Resultado financeiro	(3.345)	(3.259)

	2021	2020
19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)		
a) Imposto de renda e contribuição social correntes		
A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentada como segue:		
	2021	2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	25.722	19.591
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(8.745)	(6.661)
Redução da alíquota - Lucro de exploração (i)	4.618	3.743
Despesas inadotáveis	13	(137)
Inovação tecnológica	165	-
PAT	107	79
Doações Rouanet e Caráter desportivo	188	-
IRPJ/CSLL s/ SELIC repetição de indébito tributário	40	-
Outras diferenças permanentes	24	22
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(8.410)	(6.483)
Diferido	99	(93)
Lucro da Exploração	4.721	3.622
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(3.590)	(2.954)
Alíquota efetiva	14%	15%
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2021	2020
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	(3.689)	(2.861)
Saldos pagos referente a anos anteriores	(357)	(37)
Antecipação de IRPJ e CSLL	(214)	-
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	290	488
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração dos fluxos de caixa	(3.970)	(2.410)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	74	131
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	(39)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	255	357
	290	488

	2021	2020
20. Instrumentos financeiros		
Visão Geral		
A Companhia está exposta aos seguintes riscos:		
• Risco de crédito;		
• Risco de liquidez; e		
• Risco de mercado.		
Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.		
Estrutura de gerenciamento de risco		
A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.		
As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.		
Risco de crédito		
Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.		
A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 3.028, representando aproximadamente 19,01% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2020, esta provisão era de R\$ 2.954, representando aproximadamente 22,75% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.		
Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.		
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:		
	2021	2020
Bancos conta movimento	814	784
Aplicações financeiras	32.577	30.453
Contas a receber de clientes	12.899	10.029
	46.290	41.266

	2021	2020
Risco de liquidez		
Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.		
Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.		
O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e reflete o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:		

	2021	2020
Fluxo financeiro		
Valor projetado	Até 12	13 a 24
contábil (incluindo juros)	meses	meses
	25 a 36	37 a 48
	meses	meses
	em diante	

Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	6.581	6.581	5.861	720	-	-
Financiamentos	43.065	90.637	5.888	5.841	5.792	5.739
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	18.365	18.365	-	-	-	18.365
Outras contas a pagar	3.424	4.503	720	534	534	2.181
	71.435	120.086	12.469	7.095	6.326	87.923

	2021	2020
21. Cobertura de seguros		
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cobertura de seguros era composta por:		
	2021	2020
Danos materiais	124.000	124.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Executante concessionário	23.573	21.995
Riscos de engenharia	34.767	34.767

	2021	2020
22. Compromissos vinculados a contratos de concessão		
A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 4% do faturamento deduzidos dos impostos sobre as vendas (PIS e COFINS).		
23. Aspectos ambientais		
A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.		

	2021	2020
24. Aspectos tributários		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
25. Aspectos societários		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
26. Aspectos de governança		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
27. Aspectos de sustentabilidade		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
28. Aspectos de segurança		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
29. Aspectos de controle interno		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
30. Aspectos de risco de crédito		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
31. Aspectos de risco de liquidez		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
32. Aspectos de risco de mercado		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
33. Aspectos de risco de crédito		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
34. Aspectos de risco de liquidez		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
35. Aspectos de risco de mercado		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.		

	2021	2020
36. Aspectos de risco de crédito		
A Companhia mantém suas operações em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.		
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obt		